

DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM ENUNCIÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA DOCENTE

Ângela Cristina Alves Albino¹

O presente trabalho surgiu de questionamentos da pesquisadora acerca das dificuldades verbalizadas por professores da Rede de Ensino Municipal de Campina Grande – PB, no processo de elaboração do projeto político-pedagógico da escola.

Verificamos que, sobre o projeto político-pedagógico, incidem discursos de regulação e de emancipação. O discurso de regulação revela-se através de textos normativos e de ações operacionais. O discurso de emancipação resulta de abordagens teóricas, produzidas, sobretudo, nos processos de formação de docentes. Partindo do princípio que estes discursos entrecruzam-se no cotidiano da escola, assumimos como objeto de estudo, a prática discursiva dos professores. Fizemos uma incursão no passado, para uma melhor contextualização das reformas educacionais na atual conjuntura de reestruturação produtiva e de reformas do Estado.

Tradicionalmente, o Estado-nação, com a promessa de igualdade através da educação, assegurava o consenso necessário à manutenção da “ordem” social. Na atualidade, a globalização econômica quebra as fronteiras do Estado-nação e estabelece relações com o local através de financiamentos da política social.

Na conjuntura de crises, a ingerência externa, sobretudo, do Banco Mundial, enquanto cumpre a agenda de financiamento, repassa à escola e aos professores a responsabilidade pela crise educacional. Para análise do trânsito entre o global e o local, priorizamos as categorias “descentralização” e “autonomia”, que ressignificam os tradicionais princípios do liberalismo “igualdade” e “liberdade”. Na pesquisa empírica, realizada em uma escola do Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos), realizamos entrevistas com professoras e observamos o cotidiano escolar. Assumimos a análise do discurso, conforme desenvolvida por Fairclough, pela compatibilidade existente entre ela e a abordagem gramsciana, que fundamenta a investigação.

O contexto discursivo da escola revelou, entre outros aspectos, fragmentação e regulação do trabalho docente, pela quantidade e duração dos projetos em execução; inserção dos princípios de gerência empresarial, na perspectiva de transformar a instituição escolar numa “organização” competitiva; resistência à regulação oficial e crença na possibilidade de

¹ Doutoranda do PPGE – Programa de Pós Graduação em educação – UFPB sob a orientação da Professora Dra. Maria Zuleide Costa Pereira. Membro do GEPPC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Curriculares. angela.educ@gmail.com

construir a identidade escolar através de um projeto político-pedagógico comprometido com a qualidade da educação.

Minha vivência como educadora no contexto da produção discursiva sobre projeto político-pedagógico em Campina Grande - PB constituiu o centro de minhas inquietações de pesquisa. Verifiquei nas escolas em que atuei ao longo dos últimos sete anos, uma pressa intensa em dar conta de projetos/ações imediatas, que insistem em sobrepujar a construção de um projeto identitário cultural/contextualmente situado. Assim, o projeto político-pedagógico em apropriações discursivas, com ênfase na mediação das políticas oficiais e voz docente, constituiu o ponto de reflexão central do trabalho dissertativo.

A temática do projeto político-pedagógico assume direções diferenciadas nos discursos oficiais e na prática educativa. Ao compreender esse instrumental teórico metodológico como movimento identitário importante no espaço escolar, surge a inquietação para desenvolver uma pesquisa sistemática sobre as vozes e os silêncios em torno desse processo de construção coletiva. Acredito que nos últimos anos, os discursos produzidos nas políticas educacionais em “nível macro”, acerca desse processo de decisão curricular, não se revelam na concreticidade do cotidiano pedagógico.

A pesquisa desenvolvida foi considerada relevante, em primeiro lugar, para a pesquisadora pela possibilidade de confrontar os problemas relativos ao cotidiano institucional escolar, com abordagens teóricas que ajudam a compreender de maneira sistematizada algumas causas, conseqüências e caminhos possíveis à prática educativa. Afinal, é privilégio ainda, em nosso país, uma educadora do Ensino Fundamental pensar a educação do seu tempo-espaço, como lembrava Freire (2007, p.54), em busca de “clareza política e competência científica”. Outra razão que impulsionou o meu desejo de continuar realizando estudos nessa área dá-se pelo próprio medo de ficar “cega” frente às possibilidades de atuação crítica e cidadã no contexto em que trabalho. As sutilezas discursivas construídas em torno do fazer docente são contínuas e, sem um comprometimento epistemológico para esse entendimento, as minhas possibilidades ficam suprimidas.

A intenção deste trabalho não foi legitimar uma determinada política de governo, nem muito menos buscar receitas para os problemas educacionais. Pretendo investigar como se dá a configuração discursiva em torno do projeto político-pedagógico: Há possibilidade de crítica à forma das regulações instituídas? Ou o discurso docente apenas reproduz as falácias da autonomia?

Tenho percebido ao longo dos anos em que atuo na escola pública como docente e como supervisora pedagógica que as professoras do Ensino Fundamental estão cada vez mais distantes de uma compreensão política sobre o que envolve a sua ação pedagógica. Elas passaram a ser “estranhas no próprio ninho”, pois não têm, sequer, informação sobre os muitos programas que chegam à sua escola. Costumam perder a dimensão da totalidade que é o seu espaço. Para cada programa, uma formação diferente e, muitas vezes, com concepções teóricas diferenciadas embutidas no pacote. O “como fazer” é, ainda, a batuta que encaminha o processo.

Como pesquisadora, verifiquei alguns elementos que mereceram e puderam se constituir objeto relevante de pesquisa no campo educacional, especialmente na linha de Políticas Educacionais. É o caso do discurso construído acerca do projeto político-pedagógico que deixa ressoar pouco a voz dos educadores e dos demais partícipes que concretizam o fazer pedagógico e os modos como significam as políticas educacionais que, como foi pesquisado, continuam a apregoar um discurso de participação e autonomia no interior das escolas.

O discurso oficial acerca do projeto político-pedagógico (PPP) insere-se na recontextualização da educação na atual conjuntura de mudanças no mundo da produção com suas implicações na constituição do Estado. Com a inserção das máquinas flexíveis na

produção, enquanto aumenta a demanda por níveis de formação mais elevados, reduzem-se os investimentos públicos na educação. O Estado se torna mínimo e aumenta o processo de exclusão social. A educação transforma-se num mecanismo de controle das tensões sociais.

Historicamente a universalização da escolarização obrigatória, como princípio ou como realidade, caracteriza o nível de progresso material e imaterial das sociedades modernas. A origem da escolarização para as massas contextualiza-se no século XVIII, na conjuntura de reformas acionadas pela burguesia emergente. Os princípios que orientaram as revoluções burguesas foram disseminados para o conjunto da sociedade. Na concepção de Marx (1979, p.72) “as ideias dominantes de uma época nunca foram senão as ideias da classe dominante”. A burguesia tornou-se a classe dominante², através de revoluções, econômica e política, para as quais contou com a adesão dos trabalhadores e dos explorados em geral.

A adesão ao projeto revolucionário burguês deveu-se à propagação das ideias de fraternidade, igualdade e liberdade. Essas ideias enfatizavam a ação do homem sobre a natureza; o homem destituído dos dogmas e das hierarquias, fazendo a sua história.

No entanto, à medida que a nova classe consolidava a sua dominação, os princípios por ela formulados se distanciavam da realidade social. O individualismo converte o homem em cidadão com direitos de participação regulada para a convivência democrática. Como classe dominante, a burguesia tornou-se a identidade-referência para o ideal de cidadania. Essa identidade era fixa e guardava relação direta com o sujeito universal (HALL, 1997, p.10-11). A educação escolar, pública e gratuita, transforma-se em grande bandeira para assegurar os direitos de cidadania.

Mesmo modelando a cidadania adequada ao projeto burguês, a escola naturalizou-se como a grande promessa de ascensão social dos diferentes: a cada um o seu lugar na sociedade, conforme a sua formação. O Estado-nação assegurava a educação gratuita e os paradigmas taylorista/fordista da produção asseguravam empregos fixos e ambos contribuíam para a aceitação, de certa forma, consensual, das formas de exploração.

Conforme ressalta Snyders (1987, p. 92): “A democracia burguesa não se reduz a uma pura fraude para ludibriar o povo”, pois, mesmo contida nos limites de classe, a burguesia fez avançar a história em relação ao feudalismo. No entanto, a luta dos dominados por democracia para todos, configura-se na resistência da perspectiva de uma sociedade sem classes.

Na atualidade, com o pós-fordismo na produção e com a crise do Estado-nação, ocorre uma quebra do velho pacto burguês, aumentam as tensões sociais e a ameaça ao projeto de democracia restrita. Nesta conjuntura, um discurso anunciativo das mudanças educacionais encontra-se em construção. As novas práticas discursivas vão dando a configuração da escola necessária à modelagem da nova cidadania.

De um lado, a burguesia reafirma os princípios liberais de liberdade, igualdade e democracia, traduzidos em flexibilidade, descentralização e autonomia. De outro lado, os excluídos resistem à realidade da exclusão e, de certa forma, ameaçam a “ordem social”. Nos países periféricos, em torno da escolarização obrigatória, revelam-se disputas hegemônicas.

Neste contexto, sobre o projeto pedagógico, considerado instrumento de descentralização educacional incidem discursos de regulação e de emancipação. O discurso de regulação, produzido por organismos oficiais, expressa-se em normas, planos, programas e projetos, que normalizam práticas compatíveis com as novas relações de poder. O discurso de emancipação resulta de abordagens produzidas, sobretudo, em Agências de Formação de

² A hegemonia é compreendida como direção política, moral e cultural de uma classe no poder sobre as classes concorrentes. Ver Portelli (1977).

Docentes, a exemplo da Associação Nacional pela Formação dos profissionais de Educação – ANFOPE, que aglutinam princípios orientados para a desconstrução das relações de poder.

Em torno do projeto político-pedagógico, polarizam-se os discursos acerca da formação dos novos cidadãos.

A regulação da educação nem sempre foi aceita de forma consensual. Na atualidade, discursos contra-hegemônicos³ confirmam-se nos processos de formação de docentes. Sem dúvidas, a escola pública, institucionalmente, tem a sua organização modelada pelo discurso oficial. Ao mesmo tempo, a escola é um espaço de contradições: as suas práticas traduzem a cultura dos agentes envolvidos em seu funcionamento. Nessa perspectiva, considere importante analisar a prática discursiva docente acerca do projeto político-pedagógico, na conjuntura de reformas educacionais mediadas pela descentralização e autonomia, rearticulando novas hegemonias discursivas, a partir da ordem do discurso existente acerca do projeto político pedagógico, bem como tentar produzir possibilidades de crítica às regulações instituídas.

Os discursos analisados a partir da perspectiva da ACD, análise crítica do discurso podem ajudar a compreender as formas de resistência docente, apontar para os limites, mas também para as possibilidades da prática educativa.

Busco nas escolhas teóricas não me fechar sectariamente às discussões que apontam em uma única direção de compreensão da sociedade. Nem puro objetivismo e nem subjetivismo em excesso. Recorro mais uma vez a Freire (2007, p.96) para lembrar que “O sexo só não explica tudo. A raça tampouco. A classe só, igualmente” e opto necessariamente por aqueles que acreditam que a prática está mediada por relações políticas de poder, mas mesmo assim, pode alguma coisa.

Os trabalhos desenvolvidos sobre a temática projeto político-pedagógico em geral se dão de maneira particularizada. Os pesquisadores questionam a forma e os processos em que são desenvolvidos os PPPs de suas instituições de trabalho, o que parece ser algo extremamente positivo, sobretudo se pensarmos na função social da pesquisa e em seus impactos na prática educativa. Em minha pesquisa temática, consegui identificar trabalhos, a exemplo do que foi desenvolvido pela professora Rita Cavalcante, sobre o processo de construção do PPP institucional da UFPB, como, também, outros na PUC e UNICAMP, que enfatizam a prática de construção política no interior das escolas. Percebo, no entanto, que há poucos trabalhos, voltados para a Educação Básica, bem como aqueles que podem evidenciar o potencial discursivo docente em relação à problemática tratada. O intuito da pesquisa que aqui se desdobra é permitir que tenhamos, pelo menos de maneira panorâmica, os discursos que incidem sobre o projeto político pedagógico em dupla enunciação: nos enunciados oficiais e na voz do educador.

Outros trabalhos importantes vêm sendo desenvolvidos na perspectiva geral deste estudo, encontramos exemplos mais recentes, no PPGE – Programa de Pós-Graduação da UFPB, como o trabalho “Hegemonia e Hegemonias na Produção das Políticas de Currículo”, de Edilene da Silva Santos, sob a orientação da mesma professora que orienta esta dissertação. Sua abordagem procura demonstrar que as políticas de currículo não são hegemônicas, uma vez que os professores têm capacidade de interpretá-las, recriá-las e produzi-las, buscando alternativas orgânicas à construção de uma escola democrática. Ainda nessa direção, temos a tese da professora Glória Escarião: “Globalização e homogeneização do currículo no Brasil”, que demonstra que os efeitos da globalização perpassam o espaço do currículo, provocando a homogeneização, mas que de maneira paradoxal, destaca as evidências de um currículo de

³ A contra-hegemonia, na perspectiva gramsciana, representa a possibilidade de criação de um sistema de aliança de classes com vistas à uma nova direção cultural, política e ideológica (PORTELLI, 1977)

“formato” contra-hegemônico. Já o trabalho de Maria das Graças de Almeida Baptista busca verificar as concepções do professor em relação à prática que desenvolve, como o de Maria Conceição Bezerra, que procura analisar o papel da gestão frente às políticas públicas educacionais, identificar os modelos de gerenciamento que influenciaram a gestão educacional e estabelecer relações entre o modelo de gestão e as possibilidades de manifestação da democracia procedimental no âmbito do mundo globalizado.

Outras pesquisas foram identificadas, não com a mesma direção de análise política educativa, mas, sobretudo na USP, na linha de Psicologia Escolar e Desenvolvimento, e na de Ivanise Monfredini que propõe questões similares sobre autonomia e construção coletiva na escola.

Na tentativa de explicitar a atual dinâmica da escola, levanto os seguintes questionamentos: A partir do cotidiano institucional, qual a prática discursiva dos docentes acerca do projeto político-pedagógico? Como a autonomia e a descentralização se revelam na prática operacional do projeto político-pedagógico? A exposição deste estudo encontra-se estruturada, conforme segue.

O primeiro capítulo explicita os itinerários da pesquisa e justifica a escolha da ACD como metodologia de análise para os discursos do projeto político-pedagógico.

O segundo capítulo, intitulado “Gestão social e gestão da educação: reconstruindo o discurso liberal”, faz um retrospecto histórico e contextualiza o pacto social, do qual emergiram o Estado e a escola, como instituições públicas. Estabelece, ainda, relação entre política econômica e política social e suas respectivas formas de administração. Analisa a atual conjuntura de reestruturação produtiva e de reformas do Estado e a ingerência externa na política social com destaque para agenda política de financiamento da educação pelo Banco Mundial.

O terceiro capítulo, “Descentralização e autonomia: reformas educacionais no Brasil”, analisa os mecanismos de regulação, formalizados na Conferência de Jontiem (1990) através dos discursos de descentralização e autonomia, que norteiam as políticas e práticas da hierarquia educacional. Analisa, também, como a reforma educacional de Campina Grande - PB incorpora a centralização regulativa, responsabiliza os professores pela elaboração do projeto político-pedagógico e os exclui dos processos de decisão e da realidade escolar.

O quarto capítulo traz a essência das minhas inquietações, o “Projeto político-pedagógico em mediações discursivas”, contemplado numa perspectiva contra-hegemônica, como instrumento de construção da identidade escolar. Transita pela concepção gramsciana de princípio educativo fundamentado no trabalho e na cultura. Desenvolve a concepção de currículo (inter-multi) cultural, orientado para a inclusão dos “desiguais”, “diferentes”, “desconectados”. Analisa, ainda, a participação dos docentes na dinamização do projeto político-pedagógico.

O quinto capítulo “O projeto político-pedagógico nos cruzamentos discursivos” contextualiza a prática discursiva docente no cotidiano da escola e revela a influência da prática social na cultura institucional. Sob o binômio descentralização e autonomia, revela a fragmentação e o controle do trabalho docente, através da quantidade e duração dos projetos em execução. Por fim, destaca certa resistência dos docentes à regulação oficial e sua crença na possibilidade de construção da identidade da escola, através de um projeto político-pedagógico comprometido com a qualidade da educação.

As considerações pontuais, além de revelarem a inconclusividade do trabalho, reúnem sínteses que desocultam a pedagogia da regulação e expõem a crença na teoria como fundamento da prática educacional.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenação de tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GRAMSCI, Antônio. A Formação dos Intelectuais. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Amadora, 1978.

_____. Os intelectuais e organização da cultura. 2. ed. trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & realidade, jul/dez. 1997.

PRASEM – Marcos Legais da Educação – Brasília: Projeto Nordeste, FUNDESCOLA, MEC, Banco mundial, Unicef, Undime, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Política Curricular na rede municipal de Campina Grande, PB: 2002.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. MACEDO, Elizabeth. Currículo e diferença no contexto global. In PEREIRA, Maria Zuleide da Costa, CARVALHO, Maria Eulina Pessoa, PORTO, Rita de Cássia Cavalcanti (orgs). Globalização, interculturalidade e currículo na cena escolar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

_____. Currículo e *autopoiese*: a produção do conhecimento. Currículo e contemporaneidade: questões emergentes. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004

_____. Projeto político pedagógico: debate emergente na escola atual. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SNYDERS, George. Escola e democratização do ensino. Entrevista. Revista Educação em questão; v.1 – n. 1. Natal: UFRN, 1987.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org.). Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.